



DIANA RAMOS
Diretora do Jornal
de Negócios

A JUSTIÇA COMO PILAR ESSENCIAL

De que nos serve uma democracia madura se um dos seus pilares fundamentais está ferido na sua relação com os cidadãos? A relação de confiança degradou-se e acelerou desde o final de 2023 quando vários casos relevantes ganharam espaço mediático e ditaram um maior questionamento sobre o tempo da Justiça, o seu papel e o dos agentes que a integram. Em todo o caso, o processo vem de trás.

O desconforto é tanto mais relevante num ano em que se assinalam 50 anos desde o 25 de Abril. A cisão entre a sociedade e as suas instituições é uma deriva perigosa, sobretudo se dela resultar a sedimentação de barreiras. Os vértices do setor são, em última instância, os mais penalizados por este deslaçar devendo, nesse sentido, questionar-se sobre a sua forma de atuação.

A responsabilidade é de todos, da magistratura judicial ao Ministério Público passando pelos advogados. E ninguém se pode demitir de fazer a sua parte para voltar a conferir a confiabilidade que o sistema obriga. Também por isso, fechar os olhos e acreditar que tudo passará sem mudanças é contribuir para um agudizar do problema, pelo que se exige aos atores da Justiça abertura para discutir os problemas a partir de dentro, sem tabus ou corporativismos.

Esse desafio à mudança, se surgir no momento adequado, será ainda um trunfo para lidar com a transformação que a Inteligência Artificial generativa trará ao setor. Ela é incontornável e os benefícios que trará a um setor como o da Justiça são determinantes. Ainda assim, não ignoremos que os desafios e danos colaterais também pesarão na vida das sociedades de advogados, dos tribunais e da prática jurídica.

Do ponto de vista da justiça tributária, comercial e administrativa, há também muito caminho por desbravar para que seja possível introduzir uma verdadeira celeridade nos processos.

E se nos centrarmos numa perspetiva mais puramente económica, sabemos que 2024 será sinónimo de abrandamento e retração que ditarão uma menor abertura para a realização de negócios. O ambiente será, nesse sentido, mais complexo para fusões e aquisições, área de atividade que tanto tem ajudado ao resultado das sociedades.

O setor tem dado provas de resistência e perseverança, pelo que tempos como os atuais serão mais uma prova que certamente todos irão superar. Certamente que com melhores resultados, se aceitarem mexer no que limita e transforma para crescer.



JOÃO MOURA
Diretor da In-Lex

TEMPOS SEM TEMPO

O Tempo voa e em 2024 não dá sinais de abrandamento. Estudos revelam que, de forma generalizada, as pessoas têm a perceção de que o tempo está a passar mais rápido do que nas gerações anteriores. São os tempos modernos, em que o ritmo acelerado do quotidiano das nossas vidas, impulsionado pela tecnologia e pela globalização, colocam a exigência do hoje para ontem. Reina o imediatismo. As 24 horas do dia são curtas e não há tempo a perder. E nem a interminável paragem de três horas para a digestão do almoço de verão até ao mergulho da tarde, que hoje nos traz memórias sorridentes, escapou a este fenómeno. Já não há digestão! Se consome tempo, tem de sair da equação. São os tempos em que vivemos...

Mas se o tempo voa para as pessoas, também voa para as empresas, que têm o desafio de ir ao encontro das necessidades de clientes mais bem informados, com níveis de exigência muito elevados no que diz respeito à qualidade dos serviços/produtos, tempo de resposta e preocupações de sustentabilidade. Se somarmos a esta realidade, a complexidade do contexto concorrencial, também ele globalizado, o continuar do ritmo frenético de acontecimentos "inesperados", sejam eles de cariz político, geopolítico, económico ou social, – uns vindos de fora, outros cá de dentro – facilmente concluímos que os desafios para as empresas em 2024 são mais que muitos e consequentemente para as sociedades de advogados.

Em ambientes de incerteza como os que se projetam para 2024, impõem-se a capacidade de adaptação e inovação. O setor da advocacia de negócios conhece bem esta realidade, já deu provas nesta matéria e está mais bem preparado do que nunca para dar uma resposta positiva aos seus clientes, assim como de ter um papel ativo para o bom funcionamento da justiça em Portugal, um pilar de extrema relevância na atração de investimento para o país.

Despenda tempo a folhear as páginas que se seguem. São 122 sociedades de advogados de 18 localidades do país as que apresentamos em detalhe nesta edição do In-Lex 2024. Ao escolher bem o seu parceiro jurídico, ganha tempo!